

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
CÂMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE
AGRONOMIA**

Ediane Cláudia Dalla Rosa
Gabrieli Feltez

**INVENTÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A
AGROPECUÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE**

São Miguel do Oeste – SC

2020

Ediane Cláudia Dalla Rosa
Gabrieli Feltez

**INVENTÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A
AGROPECUÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Agronomia do
Campus São Miguel do Oeste do Instituto
Federal de Santa Catarina como requisito
parcial à obtenção do título de **Engenheiro (a)
agrônomo (a)**

Orientador
Prof. Dr. Adinor José Capellesso

São Miguel do Oeste – SC

2020

RESUMO

Na maioria dos municípios da região do Extremo Oeste Catarinense, o setor agropecuário responsável por expressiva parcela do movimento econômico. Essa é praticada principalmente por agricultores familiares, sendo que os municípios contam com o auxílio e aplicação das políticas públicas na promoção do desenvolvimento rural. Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo inventariar as principais políticas públicas municipais para a agropecuária nos dezenove municípios que compõem a Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (AMEOSC). O trabalho procurou estabelecer relações entre o Valor Adicionado Bruto (VAB) agropecuário e o valor orçamentário repassado para as secretarias de agricultura. Os dados foram obtidos por meio de levantamento no portal da transparência dos municípios e no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a identificação das principais políticas públicas realizou-se quatro entrevistas semiestruturadas com técnicos e secretários de agricultura, bem como o acompanhamento de duas reuniões junto ao colegiado de técnicos e secretários de agricultura da AMEOSC. A agropecuária representa aproximadamente $\frac{1}{5}$ do valor adicionado bruto da produção nos dezenove municípios de abrangência da AMEOSC, sendo que o VAB agropecuário de cada município tem expressão relativa de 5,0% a 50,6% da economia de cada município. O orçamento médio regional das secretarias de agricultura e meio ambiente por estabelecimento recenseado sofreu pequenas oscilações entre 2017 e 2019 variando de R\$ 2.812,06 em 2019 a R\$ 3.056,05 em 2020. Entre as principais políticas públicas operadas nas secretarias destaca-se a prestação ou subsídio aos serviços de hora máquina internos às propriedades com máquinas da prefeitura ou terceirizados. Além de melhorias infraestruturais, muitos operam com serviços de patrulha agrícola para suporte a operações agrícolas. Destacam-se ainda as políticas públicas de subvenção à compra de sêmen bovino e nitrogênio líquido com foco na melhoria genética do rebanho bovino. Em alguns municípios registram-se ainda outras políticas públicas específicas (apoio a estruturação de pomares, de pastagens perenes, de coleta de água da chuva, recolha de resíduos etc.) e a distribuição de bônus por movimentação econômica. De forma geral, para estimular a arrecadação via emissão de notas fiscais e regular o acesso, verifica-se que os municípios buscaram criar legislação que condiciona o acesso e faixas de benefícios à movimentação econômica no bloco de produtor rural.

Palavras-chave: orçamento; políticas públicas; secretaria de agricultura.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 - Mapa de localização dos 19 municípios associados a AMEOSC:15
- FIGURA 2 - Importância absoluta (R\$) e relativa (%) da agropecuária na composição do Valor Adicionado Bruto regional de 2015 a 2018.17
- FIGURA 3 - Importância relativa da agropecuária no valor adicionado bruto (VAB) agropecuário na economia dos municípios da região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense de 2015 a 2018.18
- FIGURA 4 - Percentual de estabelecimentos agropecuários do Extremo Oeste Catarinense em suas respectivas faixas de renda em 2017.19
- FIGURA 5 - Relação entre orçamento da secretaria de agricultura municipal e o número de estabelecimentos agropecuários nos dezenove municípios da Ameosc nos anos de 2017 a 2020.20
- FIGURA 6 - Análise da relação entre número de estabelecimentos agropecuários e valor previsto por estabelecimento para ser aplicado via secretarias de agricultura nos 19 municípios da Ameosc em 2020.21
- FIGURA 7 - Relação entre percentual do orçamento municipal aplicado para a secretaria de agricultura e meio ambiente e valor individual alocado por agricultor nos 19 municípios da Ameosc em 2017;22
- FIGURA 8 - Correlação relativa entre % do VAB agropecuário e % do orçamento das prefeituras aplicados nas secretarias de agricultura e meio ambiente no ano de 2017.23
- FIGURA 9 - Relação entre valor adicionado agropecuário por estabelecimento recenseado e orçamento por estabelecimento agropecuário nos 19 municípios da Ameosc.25

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
1. INTRODUÇÃO	6
1 OBJETIVO GERAL	7
1.1 Objetivos Específicos	7
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
2.1 Política e Políticas Públicas	8
2.2 Análise de Políticas Públicas e o Referencial “Três Is”	10
2.3 O Reconhecimento da Agricultura Familiar na agenda pública	11
2.4 Agricultura no Extremo Oeste Catarinense	13
3 MATERIAL E MÉTODOS	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
4.1 A Divisão do Valor Adicionado Bruto (VAB). Agropecuário	17
4.2 Orçamento Público dos Municípios Abrangentes da AMEOSC	19
4.3 Principais Políticas Públicas Operadas nas Secretarias	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6 REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

A agricultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social brasileiro. O setor ganha um maior destaque nas cidades de pequeno porte, onde predomina a agricultura familiar. Essa categoria assume o papel responsável pela geração de empregos e renda, movimentando a economia local e promovendo o desenvolvimento.

As políticas públicas podem desempenhar papel fundamental no estímulo à agricultura e às atividades agrícolas. Essas podem ser entendidas como um conjunto de programas e ações das diferentes esferas do Estado que visam solucionar problemas de interesse público encontrados na sociedade. As políticas agrícolas vão atuar como um conjunto de medidas e ações direcionadas a resolver os gargalos no setor agropecuário.

Entre as principais políticas agrícolas setoriais catarinenses pode-se apontar: a conservação de estradas; assistência técnica; facilitação de acesso ao crédito através da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina); controle sanitário, realizado pela CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) (MILKPOINT, 2018). A isso se associam políticas públicas federais, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Entre as políticas municipais da região Extremo Oeste Catarinense pode-se citar o fornecimento de hora máquina, fomento a pastagens, distribuição de mudas frutíferas, fomento à agroindústria, entre outras, sendo essencialmente municipais. Em contrapartida é trabalhado em parceria como por exemplo a EPAGRI e o com acesso a políticas públicas estaduais e federais.

A gestão de políticas públicas municipais conta com pouco apoio da academia, que tem focado diretamente na ação pública das esferas estaduais e federais. Dessa forma, torna-se fundamental entender o funcionamento e a gestão das políticas públicas aplicadas à agropecuária e a sua contribuição com o desenvolvimento da agricultura familiar no Extremo Oeste Catarinense.

O presente estudo se propôs a identificar as principais políticas públicas agrícolas vigentes nos municípios que compõem a região da AMEOSC e compreender a relação entre o orçamento destinado às secretarias de agricultura e o valor adicionado bruto decorrente da produção agropecuária, conforme descrito no item dos objetivos a seguir. Na sequência o texto também conta com revisão bibliográfica, material e métodos, resultados e discussões e considerações finais.

1 OBJETIVO GERAL

Inventariar as principais políticas públicas agrícolas vigentes nos municípios que compõem a região da AMEOSC e compreender a relação entre o orçamento destinado às secretarias de agricultura e o valor adicionado bruto decorrente da produção agropecuária.

1.1 Objetivos Específicos

- 1 - Identificar as principais políticas públicas para a agricultura nos municípios pertencentes a região da AMEOSC;
- 2 - Verificar o valor orçado para as secretarias de agricultura;
- 3 - Verificar o Valor Adicionado Bruto (VAB) agropecuário;
- 4 - Correlacionar a arrecadação do município com o VAB e recursos financeiros destinados a secretarias de agricultura.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As políticas públicas desempenham papel central no caminho trilhado pelo setor agropecuário. Para estruturar essa explanação, o presente tópico está dividido em quatro partes. A primeira apresenta os conceitos de política pública. O segundo situa a importância de analisar as políticas públicas por meio do referencial dos “Três Is” buscando compreender quais as ideias, interesses e instituições estão por trás da sua criação e funcionamento. No terceiro e último apresenta-se a importância que a agricultura familiar representa para o Oeste Catarinense.

2.1 Política e Políticas Públicas

A tendência à diferenciação social é o resultado das diferentes formas de inserção que os indivíduos podem estabelecer em sociedade. Diferentes posições podem resultar em ideias, interesses e valores distintos. Diante da possibilidade de conflitos entre grupos, a política representa a busca de solução pacífica de administração social, de forma a conciliar interesses por meio de procedimentos que expressam relações de poder. As políticas públicas (*policies*) são respostas (*outputs*) resultantes das atividades políticas (*politics*), através das quais se busca formular ações, programas e atividades orientados para a resolução de problemas de interesse público. Embora o desenvolvimento de políticas públicas seja uma atividade do governo, essas incidem e têm participação da esfera privada (RUA, 2014).

Quando um problema ou determinada situação gera insatisfação em grupos de indivíduos, mas sua resolução não chega a mobilizar as autoridades ou fazer parte das prioridades do governo, esse é denominado de “estado de coisas”. Assim, um “estado de coisas” pode permanecer por muito tempo aborrecendo muitas pessoas sem que seja incluído na agenda governamental. No momento que esta situação chama a atenção e sua solução passa a fazer parte das prioridades dos tomadores de decisões, então deixa de ser um estado de coisas e passa a ser um “problema político” (RUA, 2014).

No entanto, nem sempre o “estado de coisas” deixa de existir para se tornar um “problema político”. Há situações em que algo gera insatisfação em um número elevado de indivíduos, mas por questões culturais ou institucionais nunca chegam a constituir um item na agenda governamental (RUA, 2014). Além disso, um tema pode entrar na agenda e depois sair novamente, por diferentes razões. Como exemplo, pode ser considerado a questão da

conservação de solos, que teve muita importância nas décadas de 1970 e 1980, ficou esquecido durante um tempo, e passou a chamar a atenção do setor público recentemente.

A formulação de políticas públicas é um processo que envolve diferentes fases: a) formação da agenda: representa o acolhimento da temática pelo poder público vigente, visando atender a demanda e formular políticas prioritárias. Os interesses da sociedade são repassados ao poder público por meio de sindicatos, câmara de vereadores e demais organizações, sendo que a existência de organizações e representantes amplia suas possibilidades de inclusão na agenda; b) formulação de políticas públicas: a partir da qual são definidos os objetivos, metas e beneficiários, bem como os recursos financeiros e os programas que serão implantados para atender determinado interesse; c) implementação e execução: a diferença é que para implementação ocorre à organização do Estado no repasse de recursos e a execução coloca em prática os programas e ações da política pública propriamente; d) monitoramento e avaliação: fiscalizam-se as políticas que estão em andamento conforme os objetivos, promovendo melhorias para garantir sua continuidade (RUA, 2014; SECCHI, 2017).

A formulação de políticas públicas que visam atender os problemas e gargalos da agricultura brasileira é realizada por diversos agentes. Nesse processo são influenciadas por instituições de grande relevância para o desenvolvimento do agronegócio, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entre outras (SENAR, 2015). Se tratando de esfera municipal, as demandas surgem por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações, câmara de vereadores e demais atores envolvidos com a atividade. Para Klering (2008), o município desempenha importante papel no desenvolvimento socioeconômico local e sua forma de atuação pode ser independente ou integrada com outras esferas de governo, bem como em parceria com instituições e organizações.

A dimensão de uma política pública ou os impactos resultantes dela não estão necessariamente relacionados com a base orçamentária designada a esta. Dessa forma, nem sempre uma política a qual foi investido um elevado valor financeiro trará resultados grandiosos. Por sua vez, pode-se obter grandes resultados através de uma política sem proporção com o custo que ela possa ter representado (MULLER; SUREL, 1998). Assim, embora possa ser um indicador do esforço público, compreende-se que a abrangência dos

resultados de uma política depende do conjunto de ações que dão base a sua criação e implantação, e não apenas dos recursos financeiros investidos.

A relevância das políticas herdadas de governos anteriores pode representar um obstáculo para uma posterior reavaliação, dificultando e diminuindo as possibilidades de escolha dos atores públicos. Uma vez implementado, um programa pode perdurar por um longo período, seguindo os mesmos princípios da época da sua implantação (MULLER; SUREL, 1998). Mesmo diminuída a importância do problema político, diante de um novo cenário, por vezes, nota-se certa dependência por parte dos beneficiários a algumas políticas públicas, tornando qualquer tentativa de reformulação por parte dos atores uma tarefa onerosa tanto econômica como política.

2.2 Análise de Políticas Públicas e o Referencial “Três Is”

A análise das políticas públicas se faz necessária para compreender quais mecanismos estão envolvidos nas decisões políticas e nas ações do governo, de modo a identificar a multiplicidade de fatores que interferem na criação, implantação e funcionamento de uma política (ARAUJO; RODRIGUES, 2017). O referencial teórico dos “Três Is” propõe captar quais as ideias, interesses e instituições orientam a concepção e o funcionamento das políticas públicas. Essa formulação foi concebida nos anos 1990, tendo como principal característica a busca por integrar diferentes olhares sobre a formulação da ação pública (CAPELLESSO, 2016).

As ideias constituem a abordagem cognitiva das políticas públicas, caracterizando-se pela sua permanência ao longo do tempo e capacidade de orientar diversas decisões. De acordo com Aragão (2011), às ideias que apresentarem viabilidade técnica e política, obtiverem aceitação do público, baixo custo financeiro e receptividade de formuladores de políticas públicas ganham destaque, podendo ser transformadas em projetos, leis, discursos, etc. O caráter persuasivo faz com que as ideias sejam, por vezes, o enfoque nas análises de políticas públicas. Porém, conforme Tabia e Gomes (2008):

O poder efetivo das ideias não pode ser dissociado dos arranjos das instituições e dos diferentes interesses econômicos, políticos e sociais organizados. No entanto, a observação de que a importância das ideias não pode ser tratada à revelia das configurações de interesses e das instituições é insuficiente. Há necessidade de qualificar em termos teóricos como essas relações se estabelecem e qual é a sua dinâmica, enfrentando um elenco bastante intrigante de questões tanto analíticas como empíricas (pág. 246).

Enquanto as ideias representam um imaginário muito estável, os interesses tendem a ser mais volúveis no tempo, uma vez que constituem em um benefício ou uma vontade que atenderá alguma necessidade momentânea dos atores. Podem partir de ações coletivas, levando a mobilização de grupos sociais a agir e participar de políticas públicas. Por meio de sua análise é possível identificar as estratégias desenvolvidas pelos atores na busca por atender suas demandas (TECCHIO, et al., 2015).

Entre o estável e o volúvel, a ação pública pode adquirir um caráter institucional, ou seja, ser considerada como regra a ser mobilizada pelos atores em sua estratégia de decisão (HALL; TAYLOR, 2003; SUREL, 1998; PALIER; SUREL, 2005). As instituições (regras) tendem a estabilidade, ocasionando uma dependência de caminho, uma vez que tendem a ser reproduzidas no tempo e afetar as decisões posteriores. Cumprem o papel de regulação dos conflitos e das relações de poder e podem tanto orientar como barrar as ideias e os interesses.

2.3 O Reconhecimento da Agricultura Familiar na agenda pública

A justificativa para a interferência do Estado via políticas públicas agrícolas se deve às particularidades que condicionam o setor: dependência por fatores da natureza; a regulação dos mercados, administrando o conflito entre consumidores e agricultores e devido a demanda por produtos agrícolas ter elasticidade-renda menor que os demais setores da economia. A medida que a renda nacional cresce, a demanda por produtos agrícolas também cresce, porém em uma proporção menor do que o aumento da renda (SECCHI, 2017).

Historicamente a agricultura familiar no Brasil sofreu com a marginalização, não conseguindo representar seus interesses. Os aspectos que contribuíram com o desenvolvimento desigual da agricultura familiar são frutos da herança colonial do país, que concentrou o poder na mão da oligarquia agrária, a qual resultou na modernização desigual. Dispondo de pouco poder, esses tiveram acesso limitado às tecnologias e linhas de crédito rural, tornando a relação ainda mais desigual frente aos médios e grandes produtores (GRISA; SCHENEIDER, 2015).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Estado brasileiro passou por um processo de reorganização. Em relação às políticas públicas foram introduzidos novos mecanismos de gestão, procurando facilitar o acesso dos beneficiários através da

descentralização da gestão dessas políticas. Dessa forma ocorreu um considerável aumento dos conselhos de gestores das políticas de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais (MATTEI, 2006). A partir dessa descentralização os municípios ganharam mais autonomia administrativa, o que permite aos seus gestores tratarem suas demandas locais com maior eficiência. Além disso, a descentralização aproximou a sociedade do poder público favorecendo uma participação efetiva nos processos decisórios, conferindo mais agilidade na busca de soluções para os problemas, bem como na implementação de políticas públicas (TAVARES, 2006).

Em paralelo, os anos 1990 são marcados pela crise da agricultura familiar, resultado da abertura comercial orientada pelo livre mercado. Em reação, ocorre forte mobilização social, o que lhe converte esse estado de coisas em um problema político. A elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar teve início em 1990. Em, 1996 surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o intuito de promover o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor. Estabelecendo diretrizes de acesso ao crédito rural, disponibilização de recursos para investimento na infraestrutura do município, capacitação de técnicos e agricultores e possibilita o acesso à assistência técnica e programas de extensão (TEIXEIRA,2002).

Além do Pronaf, as esferas federal e estadual possuem diversas políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento rural. Em contrapartida, os municípios oferecem o apoio e a estrutura organizacional que viabiliza sua operacionalização, além de contar como políticas públicas para problemas específicos. É fundamental que o gestor municipal conheça suficientemente as demandas agrícolas municipais para poder averiguar com efetividade as políticas federais e validar suas próprias políticas de desenvolvimento (ROCHA, 2017).

Em janeiro de 1991, por meio da Lei 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola instituiu os objetivos e as competências institucionais, os recursos e as ações da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Contudo, sua formulação não apresenta a obrigatoriedade dos municípios quanto ao desenvolvimento rural, estabelecendo assim:

Art. 6º A ação governamental para o setor agrícola é organizada pela União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo: II – ao Governo Federal a orientação normativa, as diretrizes nacionais e a execução das atividades estabelecidas em lei. III - às entidades de administração direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o planejamento, a execução, o acompanhamento, o controle e a avaliação de atividades específicas (BRASIL, 1991).

A nível municipal, as políticas públicas devem ser planejadas atendendo a realidade local, promovendo o desenvolvimento e continuidade do setor. De acordo com Rocha (2016), as principais políticas públicas próprias das gestões municipais são: assistência técnica e extensão rural, cursos e seminários para qualificação técnica, doação/financiamento de insumos aos produtores, infraestrutura no meio rural, instituição do Serviço de Inspeção Municipal, mobilização para o registro do Cadastro Ambiental Rural e programas de fomento e crédito rural executados com recursos dos orçamentos municipais.

2.4 Agricultura no Extremo Oeste Catarinense

O extremo oeste catarinense tem sua base econômica e social alicerçada na atividade agrícola e pecuária. De acordo com o último Censo Agropecuário, tabulados por Capellesso (2019), a região conta com 13.497 estabelecimentos, os quais dividem uma área agrícola de cerca de 349.655 hectares. A área média dos estabelecimentos é de 25 hectares, evidenciando a predominância da agricultura familiar. Nessa direção, segundo a classificação apurada pelos dados censitários, 92,5% dos estabelecimentos são familiares.

As pequenas propriedades tiveram origem durante o processo de colonização. Na época as empresas madeireiras, após a extração, vendiam lotes de cerca de 25 hectares para os agricultores, esses vindos principalmente do Rio Grande do Sul (CAPELLESSO; CAZELLA, 2015). Os agricultores que compraram os lotes das colonizadoras eram principalmente descendentes de imigrantes italianos e alemães. Contudo, registram-se ainda alguns poloneses, portugueses e espanhóis. A mistura de etnias resultou em uma diversidade cultural riquíssima na região.

Com o declínio da extração de madeira e erva-mate, na segunda metade do Século XX, a agropecuária foi impulsionada no oeste catarinense (ANSCHAU et al, 2014). A produção agrícola da região é diversificada, destacando-se a produção de carne (aves e suínos), leite, milho e fumo, as quais integram desde agricultores produtores de matéria-prima até prestadores de serviços. O potencial produtivo da região está em ascensão nos últimos anos em decorrência do aprimoramento das atividades, bem como em virtude do incentivo de prefeituras, programas, investimento dos produtores etc (COMPRE RURAL, 2020).

A região Extremo Oeste Catarinense se caracteriza pela presença de uma agricultura familiar dinâmica do ponto de vista socioeconômico, com acesso às políticas públicas e geração de renda superior à média nacional (CAPELLESSO; CAZELLA, 2015). Por meio de

incentivos, é possível verificar que a agricultura familiar se destaca ainda na produção para autoconsumo, registrando-se ainda pequenos volumes comerciais de hortaliças, frutíferas, bem como na prestação de serviços de turismo rural e agro industrialização.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido com a colaboração do colegiado de secretários de agricultura da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (AMEOSC), por meio do qual obtivemos acesso a reuniões do colegiado e intermediação de contato com as secretarias de agricultura. Dessa forma, embora a região Extremo Oeste Catarinense seja composta por 21 municípios, o estudo adotou por recorte os 19 vinculados à Ameosc (Figura 1). As informações analisadas compreendem os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.

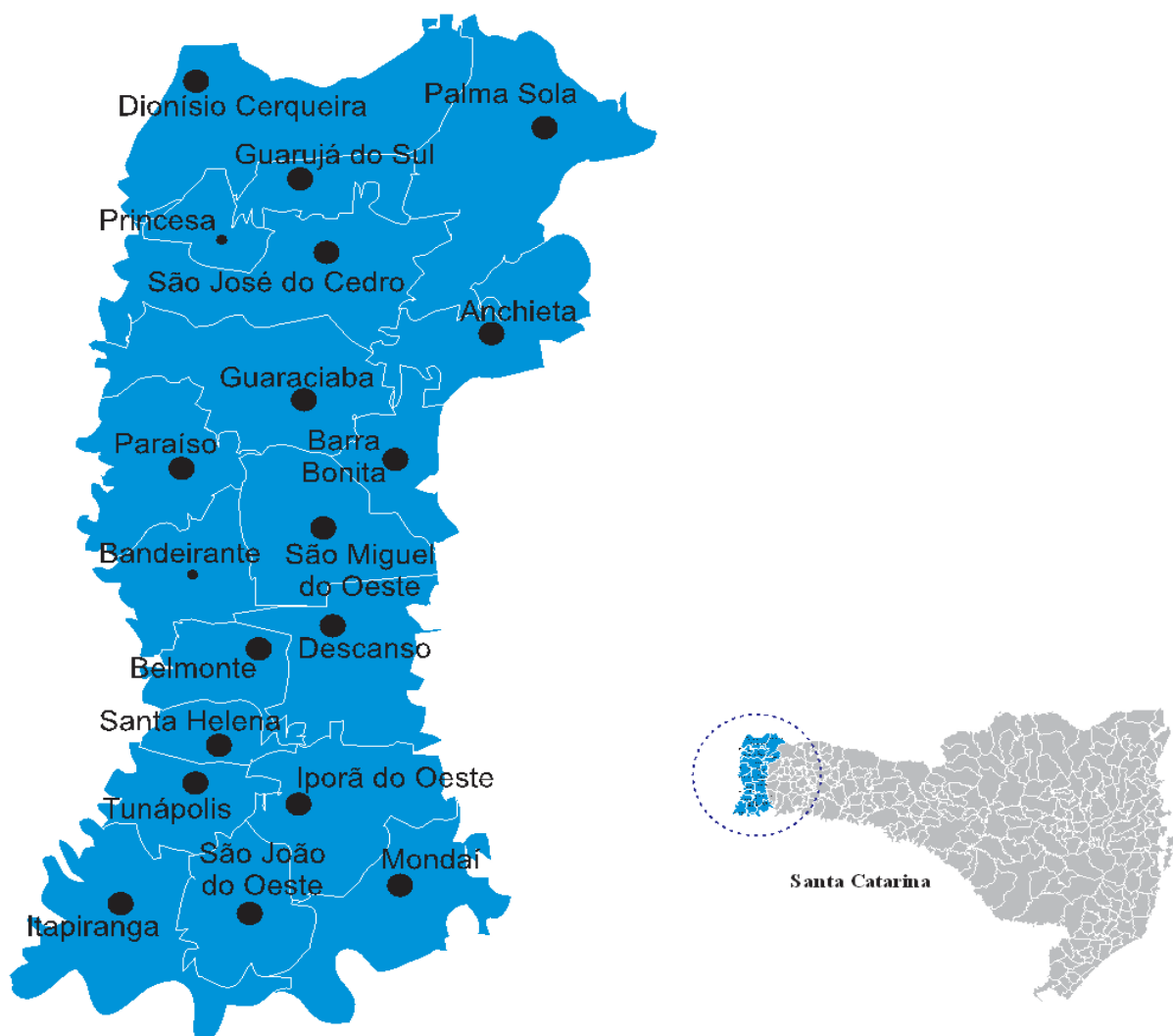


FIGURA 1 - Mapa de localização dos 19 municípios associados a AMEOSC:

Em termos de levantamento de dados, o estudo mobiliza dados secundários de dezenove municípios, os quais permitiram o cruzamento de informações obtidas na plataforma Sidra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para obtenção de

dados orçamentários das prefeituras foram consultados os portais de transparência dos municípios. Em complemento, foram realizados levantamentos diretos junto às prefeituras via e-mail e telefone para levantamento de dados orçamentários (dos dezenove municípios) e entrevistas com representantes de quatro secretarias. O contexto da pandemia limitou a realização de mais entrevistas, sendo executadas somente quatro.

As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada, constituída por um conjunto de questões abertas, previamente estabelecidas a fim de explorar amplamente os mecanismos envolvidos no processo de gestão das políticas agrícolas (Roteiro disponível no Apêndice I). As entrevistas foram transcritas seguindo a análise do discurso. A diversidade de formas de operação permitirá orientar a reflexão sobre as diferentes possibilidades da ação pública para atender os objetivos, bem como os gargalos que as limitam.

Os dados obtidos dos orçamentos e da plataforma Sidra foram organizados em planilhas de excel, onde realizou-se as correlações e elaboração de gráficos para exemplificar os resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Divisão do Valor Adicionado Bruto (VAB). Agropecuário

O Valor Adicionado Bruto (VAB) representa a diferença que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O valor adicionado corresponderá, para cada Município: I – ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil. ” (Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990). A soma desses setores aos impostos fornecem o valor do Produto Interno Bruto (PIB) da região analisada, que pode ser considerado o principal indicador da macroeconomia (CEPES, 2020).

Ao analisarmos os dados da agropecuária na região de estudo, verifica-se que o setor representa aproximadamente $\frac{1}{5}$ do valor adicionado bruto da produção da região da Ameosc (Figura 2). Ao observar os dados individualizados dos dezenove municípios, observam-se significativas diferenças, sendo que o VAB agropecuário representa de 5,0% a 50,6% da economia de cada município (Figura 3). Embora possa ter expressão relativa baixa em alguns municípios, os produtos agropecuários são matéria-prima para as agroindústrias que agregam novo valor, considerado como um VAB industrial. Por sua vez, a agropecuária representa um importante local de consumo, que contribui para a movimentação dos demais setores. Isso porque os dados de insumos são descontados do VAB agropecuário.

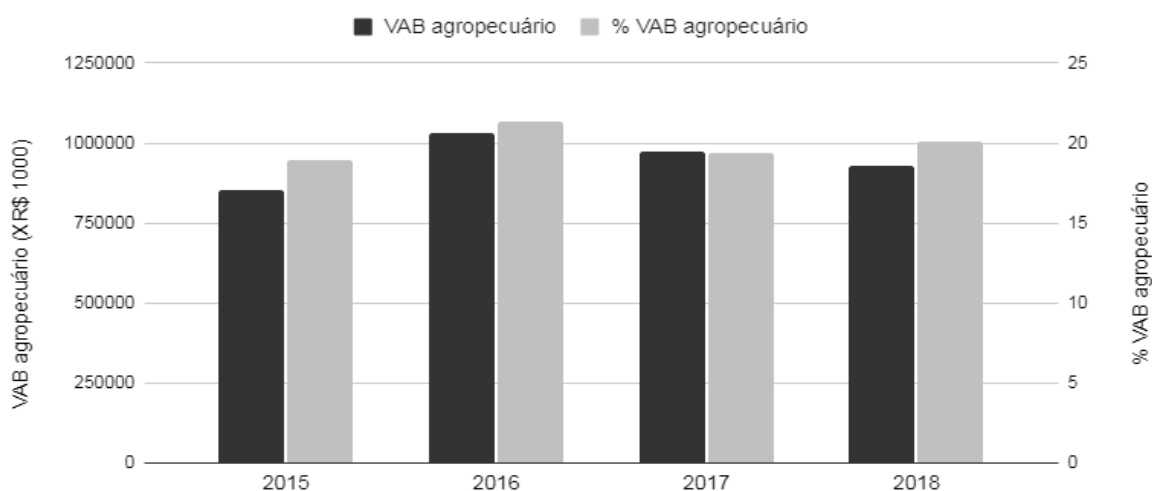


FIGURA 2 - Importância absoluta (R\$) e relativa (%) da agropecuária na composição do Valor Adicionado Bruto regional de 2015 a 2018.

Fonte: Dados sistematizados a partir de IBGE – Censo Agropecuário 2017.

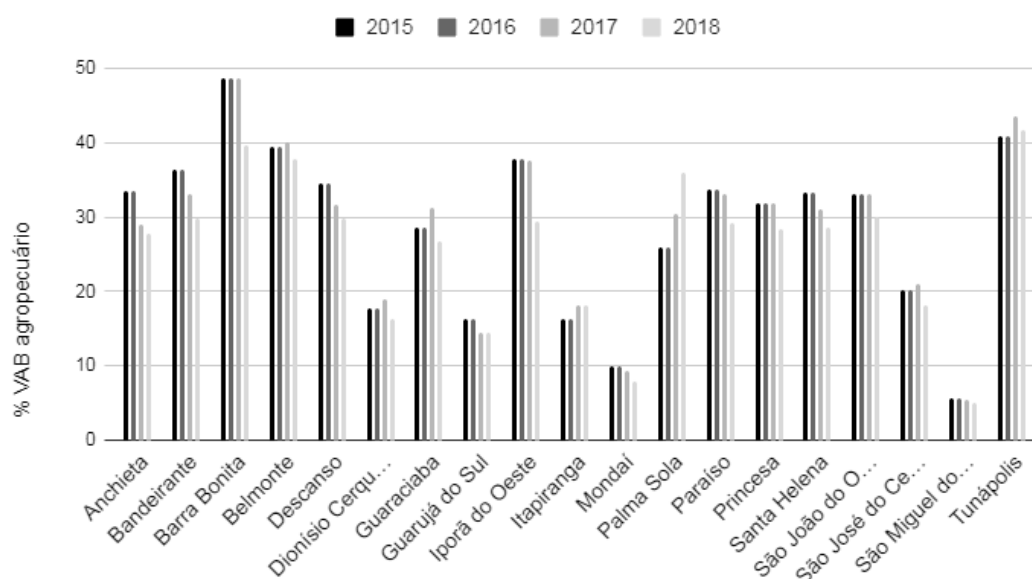


FIGURA 3 - Importância relativa da agropecuária no valor adicionado bruto (VAB) agropecuário na economia dos municípios da região da AMEOSC de 2015 a 2018.

Fonte: Dados sistematizados a partir de IBGE.

A venda externa dos produtos agropecuários beneficiados e transformados tem papel central na entrada de recursos na economia regional, o que a torna extremamente dependente do setor primário. Os dados setoriais levantados pelo Censo Agropecuário destacam a predominância da produção de animais, com 72,8% das rendas dos agricultores. Entre as atividades, merece destaque a produção de leite bovino, seguido de milho para forragem e grão, suinocultura, soja, fumo e frangos de corte (IBGE, 2017). Entre os produtores predominam agricultores familiares, para os quais a destinação de recursos via crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) reforça a ação pública de fomento à produção proveniente de outras esferas do Estado (CAPELLESSO, 2016).

A divisão do VAB agropecuário pelo número de estabelecimentos recenseados resulta em média regional de R\$73.228,14 por estabelecimento ano. Essa média oscila entre os dezenove municípios de R\$ 45.623,10 a R\$ 107.255,01 por estabelecimento, mostrando uma desigualdade entre os municípios. Contudo, deve-se ficar atento às desigualdades internas entre os agricultores, que pode ser demonstrada pelas diferenças de renda verificadas no censo agropecuário (Figura 4). A análise permite apontar que públicos com diferentes condições econômicas devem demandar políticas públicas com características diferenciadas.

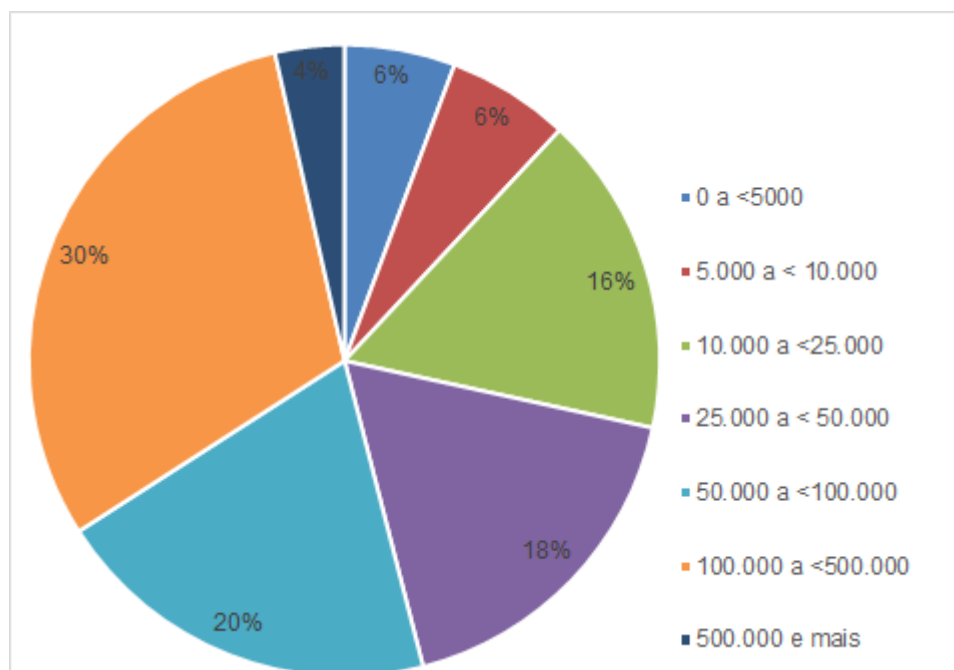


FIGURA 4 - Percentual de estabelecimentos agropecuários do Extremo Oeste Catarinense em suas respectivas faixas de renda em 2017.

Fonte: Dados sistematizados a partir de IBGE – Censo Agropecuário 2017

Nas diferenças entre os municípios (figura 3), dos sete que ficaram com VAB agropecuário acima da média regional (São Miguel do Oeste, Descanso, Iporã do Oeste, Tunápolis, São João do Oeste, Itapiranga e Palma Sola), seis situam-se na parte sul da região (exceto Palma Sola), com forte presença da produção leiteira e de suínos e aves integrados. Tal condição demonstra a importância que a produção animal tem para aumentar o VAB, o que propicia aumento da arrecadação e possivelmente maior volume de recursos para aplicação em políticas públicas.

4.2 Orçamento Público dos Municípios Abrangentes da AMEOSC

O Orçamento Público é a peça fundamental para a gestão dos recursos. Esse expressa financeiramente os recursos que um setor público prevê arrecadar durante um determinado período e alocar em ações de governo. O orçamento público evidencia a extensão em que as políticas públicas são hierarquizadas pelos governantes, já que determinadas áreas de governo recebem mais recursos do que outras (CORDEIRO; LEVI, 2019). Deve-se destacar que o orçamento nem sempre é executado tal e qual previsto, podendo ter agregações ou ampliações de valores empenhados decorrentes de alterações na arrecadação e de situações emergenciais

que exigem alterar o planejado. Nesse caso, o orçamento representa mais a decisão planejada do gestor, enquanto a execução é por ele afetada, mas carrega menor nível de controle diante das contingências e oportunidades.

Em 2017, o valor orçado para as secretarias de agricultura dos municípios que compõem a AMEOSC representou 10,12% do total do orçamento das prefeituras, respondendo a um valor de R\$ 36.992.616,66, para um total estimado de 13.314 estabelecimentos. A média de orçamento destinado às secretarias de agricultura e meio ambiente por estabelecimento entre 2017 a 2020 foi de R\$ 2.262,99, registrando-se oscilações ao longo dos anos: R\$ 2.874,07 em 2017, R\$ 3.044,33 em 2018, R\$ 2.812,06 em 2019 e R\$ 3.056,05 em 2020. A divisão dos recursos entre os estabelecimentos potenciais que poderiam compor o público alvo das políticas agrícolas (recenseados em 2017) permite melhor comparar a realidade de cada município (Figura 5). Em seis municípios os valores ficaram acima da média regional (Bandeirante, Guarujá do Sul, Itapiranga, Princesa, Santa Helena e São João do Oeste). Em alguns municípios observam-se oscilações significativas entre os anos, o que pode expressar expectativa de alocação de emendas parlamentares ou de políticas públicas passageiras.

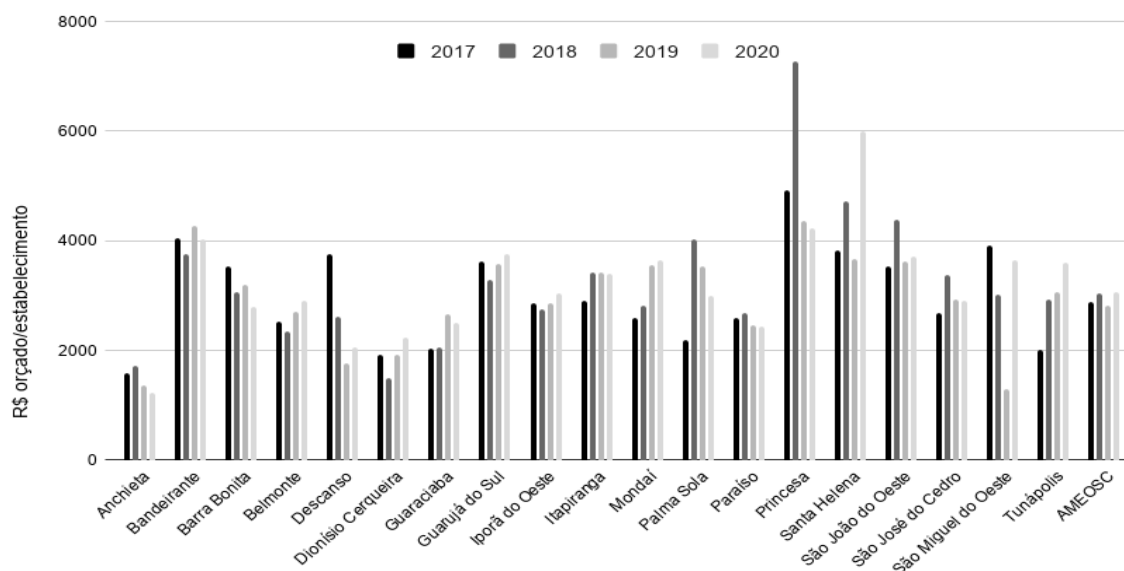


FIGURA 5 - Relação entre orçamento da secretaria de agricultura municipal e o número de estabelecimentos agropecuários nos dezenove municípios da Ameosc nos anos de 2017 a 2020.

Fonte: Elaborado a partir de dados do portal da transparência municipal e Censo Agropecuário.

Ao observarmos o valor orçado por estabelecimento, percebemos uma concentração de valores entre R\$ 2.000,00 anuais e 4.000,00 anuais. As duas extremidades, que fogem a essas faixas, são os municípios de Anchieta, com 703 estabelecimentos e um valor orçado de R\$ 1.475,63 por produtor, enquanto o município de Princesa possui 379 estabelecimentos e um valor orçado de R\$ 5.192,96 por produtor (Figura 5). Ao observar esses dados, inicialmente estimou-se que o valor poderia estar sofrendo interferência da quantidade de agricultores, mas a análise descarta a correlação entre número de estabelecimentos no município e valor previsto para aplicação via secretarias de agricultura (Figura 6).

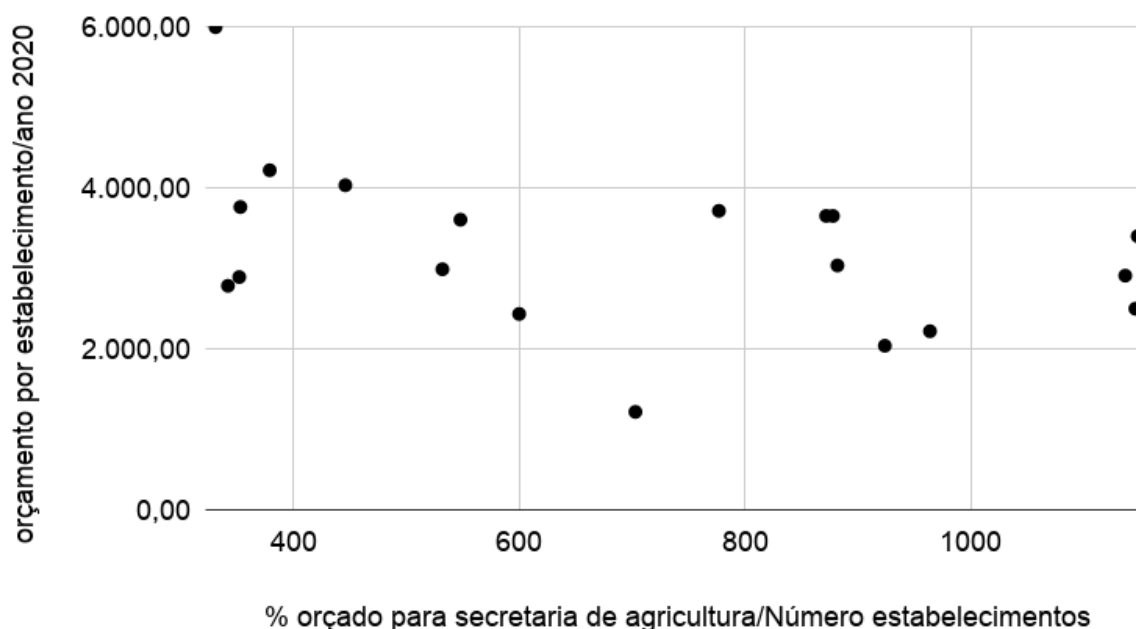


FIGURA 6 - Análise da relação entre número de estabelecimentos agropecuários e valor previsto por estabelecimento para ser aplicado via secretarias de agricultura nos 19 municípios da Amoesc em 2020.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017 e Portal da transparência.

Em busca de explicações para esses extremos, verificou-se que parte da diferença recebe contribuição de um maior percentual do orçamento municipal alocado nas secretarias de agricultura e meio ambiente (Figura 7). Enquanto Anchieta alocou 10,15% de seu orçamento anual, Princesa alocou 20,11% em 2017. Contudo, ao testarmos essa hipótese para o conjunto dos municípios, verifica-se que o aumento do percentual do orçamento municipal destinado à secretaria não tem uma correlação direta com o valor médio aplicado por estabelecimento.

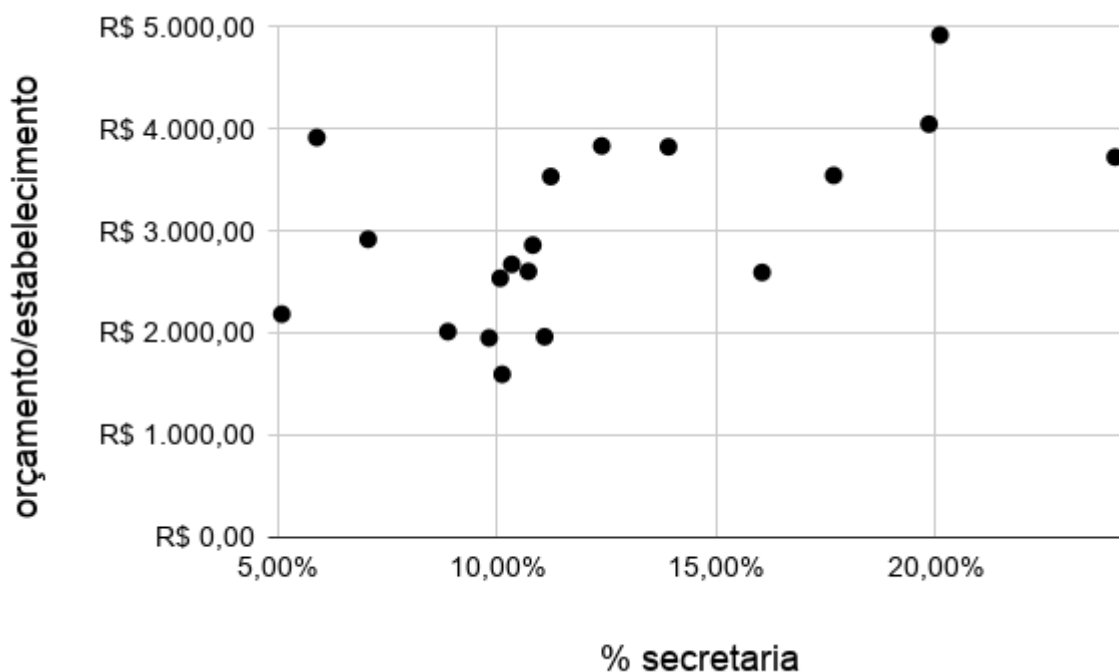


FIGURA 7 - Relação entre percentual do orçamento municipal aplicado para a secretaria de agricultura e meio ambiente e valor individual alocado por agricultor nos 19 municípios da Ameosc em 2017;

Fonte: Dados sistematizados a partir de IBGE – Censo Agropecuário 2017 e Portal da transparência.

O município de Princesa, a exemplo da maior parte dos municípios da região, tem como uma das principais atividades econômicas a agricultura e pecuária. Além da produção de leite, destaca-se o cultivo de milho, fumo, soja e produção para auto abastecimento. O elevado percentual do orçamento aplicado na secretaria de agricultura e meio ambiente junto ao baixo número de estabelecimentos resulta em maior valor médio por unidade. A área média dos estabelecimentos agropecuários (7,13 hectares) do município fica abaixo da média regional (25 ha). Com áreas menores, é provável que os agricultores tenham maior necessidade de acesso a políticas públicas para viabilizar o acesso a algumas tecnologias que demandam maior escala. Vale ressaltar que, no ano de 2018, o município apresentou um orçamento para a agricultura maior que nos demais anos analisados. Do total de R\$2.755.144,02, cerca de R\$1.034.230,00 foram destinados à compra de materiais e equipamentos permanentes, possivelmente no período, a secretaria foi contemplada com alguma emenda parlamentar.

Além de Princesa, Bandeirante, Barra Bonita, Guarujá do Sul e Santa Helena são outros municípios que apresentam valor orçamentário para a secretaria de agricultura consideravelmente acima da média regional. Esses municípios apresentam similaridade ao município de Princesa quanto à área dos estabelecimentos agropecuários, bem como em relação à importância do setor agrícola na economia. Contudo, ao compararmos o valor orçado por estabelecimento com o valor adicionado bruto por estabelecimento em cada município, novamente observa-se que não há uma correlação (Figura 8). Agregar maior valor por estabelecimento não significa que a secretaria receberá maior valor, nem que o maior valor movimentado por estabelecimento poderia ser resultado das políticas municipais. Essa informação não descarta que tal papel possa estar associado ao acesso a outras políticas públicas de esfera estadual e federal, mas não se refere às municipais.

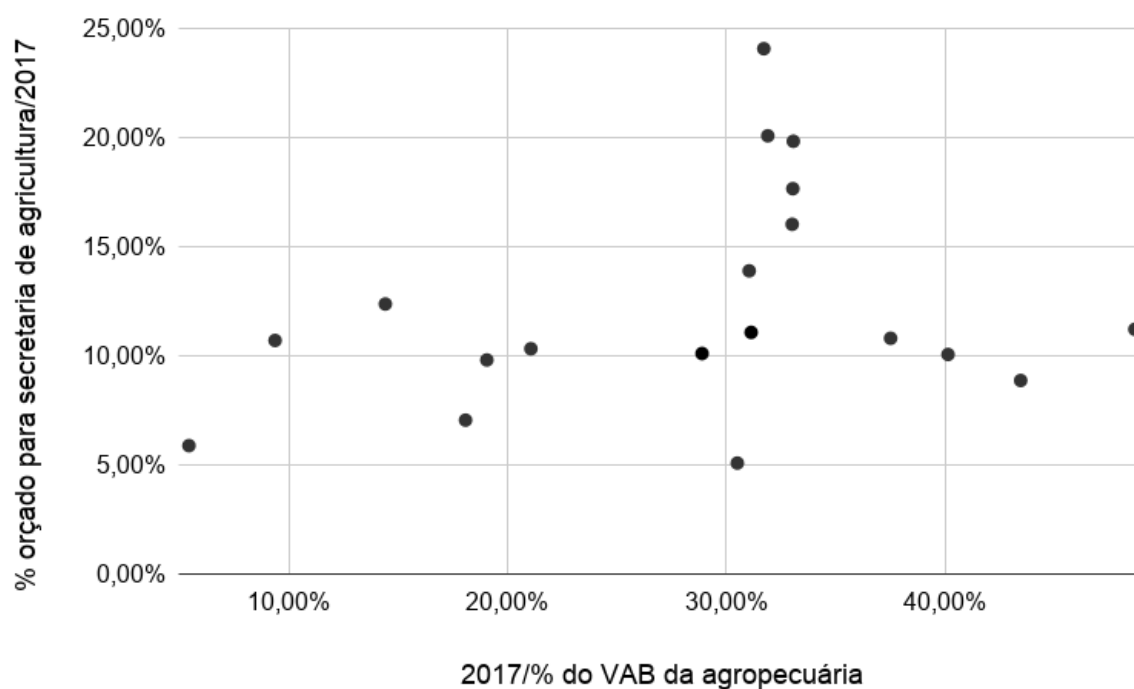


FIGURA 8 - Correlação relativa entre % do VAB agropecuário e % do orçamento das prefeituras aplicados nas secretarias de agricultura e meio ambiente no ano de 2017.

Fonte: Dados sistematizados a partir de IBGE – Censo Agropecuário 2017

Santa Helena chama atenção para o orçamento do ano de 2020 (R\$1.985.499,00), valor relativamente maior aos demais anos tabulados. Neste ano o município destinou a compra de equipamentos e materiais permanentes o valor orçado de R\$ 765.399,00. Da mesma forma que apontado para Princesa, esse é um elemento importante a ser considerado

nas análises, pois os valores anuais podem estar distorcidos quando da aplicação de recursos para investimentos. Esse fato ocorre de forma mais contundente pela aplicação de emendas parlamentares, as quais podem estar previstas no orçamento ou não.

O município de São João do Oeste se destaca na destinação de recursos para o setor agrícola. Do total de habitantes, 65% residem no meio rural, o setor é responsável por cerca de 33% da movimentação econômica municipal (IBGE, 2017). Apesar da área média dos estabelecimentos agropecuários ser pequena (25 ha), a produção pecuária é forte no município, principalmente no sistema de integração de aves e suínos. O município também concentra um grande número de agroindústrias movidas pela agricultura familiar. De acordo com Rambo (2018), a produção leiteira está presente em 36% dos estabelecimentos rurais. Nesse sentido, ocorre um investimento relevante em políticas públicas direcionadas ao setor. Além da distribuição de sêmen, o município trabalha com exames de genotipagem de animais jovens, o que permite identificar características a serem melhoradas. Somente em 2017 foram testadas 200 novilhas da raça holandesa de 25 propriedades rurais.

O município de Descanso apresentou, em 2017, um orçamento acima da média dos anos anteriores. No entanto, foi verificado que apenas 34% do valor orçado foi efetivamente empenhado pela secretaria de agricultura.

Anchieta concentra um maior número de indústrias madeireira e moveleira, indústrias de máquinas para madeiras, indústrias de fibras de vidro e agroindústrias. O fato de apresentar uma maior atividade industrial pode, por vezes, desviar o foco do setor agrícola, absorvendo parte do orçamento discricionário. Tal medida nos levou a correlacionar a importância econômica da agropecuária, medida pela sua importância relativa no valor adicionado bruto, com o percentual de recursos aplicados em políticas públicas para a secretaria de agricultura e meio ambiente dos municípios. Contudo, constata-se que essas não seguem uma correlação na maior parte dos municípios (Figuras 8 e 9).

Os municípios com menor importância do VAB agropecuário até conseguem manter um percentual similar alocado na secretaria. Por sua vez, à medida que aumenta a importância relativa do VAB agropecuário (%), os aumentos dos recursos alocados nas secretarias de agricultura não sobem proporcionalmente. Parte da explicação é que os municípios têm parte do orçamento destinado a obrigações legais com saúde e educação, bem como a possíveis serviços de dívidas pendentes. A possibilidade de aplicar maiores ou menores valores sofre interferência de múltiplas variáveis, nem sempre sendo uma opção do gestor. Nessa direção, não se encontrou uma regra que explique tais decisões na região de análise.

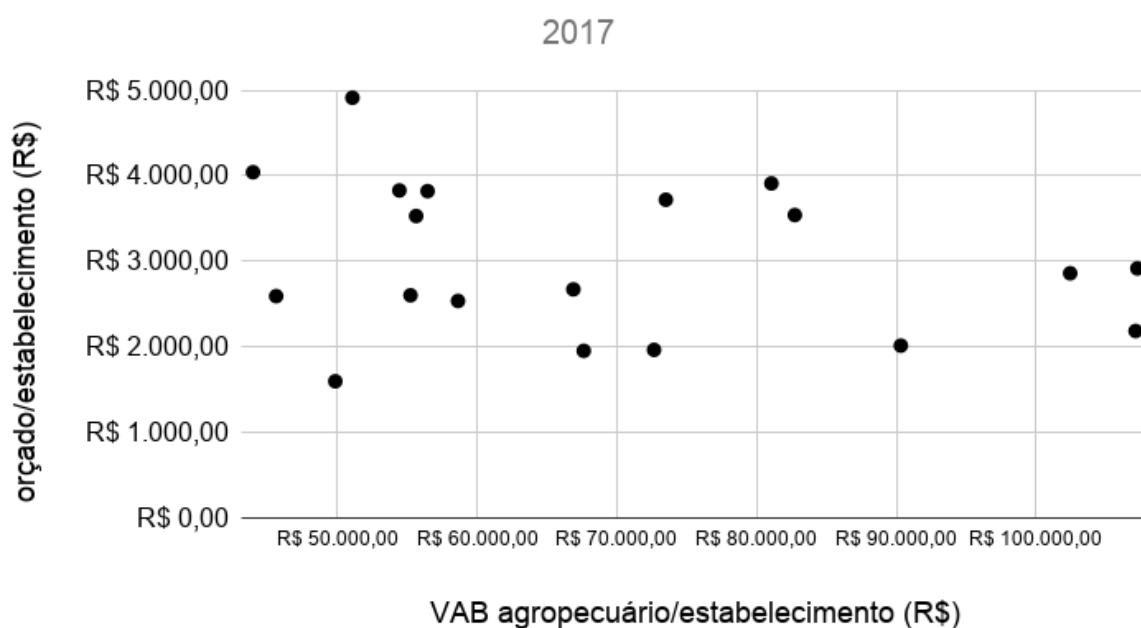


FIGURA 9 - Relação entre valor adicionado agropecuário por estabelecimento recenseado e orçamento por estabelecimento agropecuário nos 19 municípios da Ameosc.

Fonte: Dados sistematizados a partir de IBGE

4.3 Principais Políticas Públicas Operadas nas Secretarias

A secretaria de agricultura tem como funções: a) coordenar as políticas agrícolas do município, prestando assistência aos produtores rurais; b) articular a manutenção dos serviços prestados, discutir os programas de incentivo promovendo melhorias que se adequem à realidade; c) oferecer capacitações, palestras, incentivo à produção, a instalação de agroindústrias, gerir os recursos destinados à agricultura e demais atividades relacionadas com o agronegócio e agricultura familiar. O quadro de funcionários das secretarias varia de acordo com o orçamento e disponibilidade dos municípios, em geral é composto além do secretário, por uma equipe técnica (agrônomos, técnicos em agropecuária e veterinários), diretor de departamento e auxiliares administrativos. O cargo preenchido pelo secretário da agricultura é normalmente por indicação, se tratando de um cargo de livre nomeação e exoneração pelo prefeito. Ocupado em sua maioria por agricultores, dos quatro municípios entrevistados apenas em um, a secretaria era ocupada por um profissional de ensino superior. A grande dificuldade observada nos demais municípios é a falta de uma capacitação prévia para lidar com aspectos burocráticos da gestão das políticas, pois apesar de terem

conhecimento técnico e vivência no campo, falta em algumas situações preparo para questões burocráticas.

O mandato do secretário varia de acordo com cada município, sendo que em geral o secretário permanece por um período de quatro anos, com exceção de um município em que a cada dois anos muda-se o gestor. A alteração em um curto período de tempo pode ocasionar atrasos aos trabalhos desenvolvidos pela secretaria, pois tem todo um processo de adaptação, conhecimento e gestão de um novo secretário o que requer tempo. Outro aspecto apontado pelos entrevistados foi a falta de apoio municipal, pois entendem que a agricultura é deixada de lado em recursos e em prioridades da câmara de vereadores, afetando diretamente nos serviços prestados. Como exemplo, um secretário mencionou a dificuldade de realizar serviços de horas máquinas nas propriedades rurais, devido a não priorização e alocação das máquinas para serviços urbanos.

O levantamento de dados permite apontar que as principais políticas públicas operadas nas secretarias de agricultura municipal na região da Ameosc são a prestação ou subsídio aos serviços de hora máquina internos às propriedades. Nota-se que a política em questão predomina praticamente em todos os municípios pesquisados. Um ponto relevante a se destacar quanto a esse tipo de programa é o levado orçamento empenhado, além do grande envolvimento por parte dos secretários. Nos municípios onde o serviço não é terceirizado, problemas com a parte de manutenção mecânica das máquinas e equipamentos demandam tempo e dinheiro. Além disso, a maioria dos secretários acompanha o serviço realizado dentro das propriedades, até mesmo na operação das máquinas, destinando seu tempo para o gerenciamento das políticas públicas. Tal condição limita o tempo disponível para outras ações de planejamento das secretarias.

Considerada uma bacia leiteira, naturalmente observa-se na maioria dos municípios um incentivo maior a essa atividade. Nesse sentido, todos os municípios têm políticas públicas de subvenção à compra de sêmen bovino e nitrogênio líquido com foco na melhoria genética do rebanho e fornecimento de horas máquinas para produção de silagem. Em alguns municípios existem também políticas públicas de fomento a implantação e melhoria de pastagens, através do fornecimento de sementes forrageiras, auxílio na construção de piquetes e formação de pastagens perenes, bem como de bônus pelo número de piquetes instalados. Outro serviço encontrado é a disponibilização de médicos veterinários para atendimento ao rebanho e contribuição na realização de exames de sanidade animal (Brucelose e Tuberculose).

Em alguns municípios registram-se ainda outras políticas públicas específicas. Entre essas aparecem o apoio a estruturação de pomares, fomento à coleta de água da chuva, fornecimento do serviço de máquinas, tubos e lona para a construção de poços caxambu, recolha de resíduos etc. Para fomentar as vendas com nota de produtor rural, a legislação de vários municípios adota políticas de distribuição de bônus por movimentação econômica. O estímulo à arrecadação também ocorre na criação de legislação que condiciona o acesso às faixas de benefícios à movimentação econômica no bloco de produtor rural. Como exemplo, no caso da produção leiteira, a quantidade de doses de sêmen está condicionada ao número de meses que o agricultor emite nota de produtor na atividade, sendo o número máximo obtido com doze notas anuais.

Um ponto importante refere-se à capacidade de acompanhamento técnico na execução das políticas. O fornecimento de sêmen bovino é um bom exemplo da importância da assistência técnica. Em fases iniciais dessa política, o fornecimento de sêmen da raça desejada gera benefícios no rebanho. Contudo, a partir de um certo grau de melhoria genética, surgem necessidade de análise de um profissional para direcionar o melhoramento genético específico aos parâmetros morfológicos de cada animal, o que pode não ser alcançado apenas com o fornecimento do sêmen. Nesse caso, as políticas públicas têm dificuldade de tratar as especificidades. Diante de tais dificuldades, pode-se questionar se tais políticas públicas podem chegar a esse nível de detalhamento ou já se encontram esgotadas. Nesse caso, embora os benefícios reduzidos enquanto indutor de desenvolvimento, muitas continuam por comodidade ou receio das críticas quanto a sua exclusão. Por sua vez, há carência de ideias quanto a novos mecanismos de fomento, que possam trazer maiores incentivos à produção e melhores resultados.

Toda a aplicação de recursos públicos necessita de leis que autorizam os repasses que serão destinados às demandas municipais, não sendo diferente para as políticas públicas para a agricultura. Como exemplo, em São Miguel do Oeste, a LEI Nº 7.660/2019 institui o programa "Agora é Crescer", que dá providências sobre os programas que contribuem para o desenvolvimento urbano e rural: "Fica criado o Projeto Incentivo Rural, com objetivo de desenvolver e fortalecer a agricultura, avicultura, pecuária, pecuária de leite, suinocultura, piscicultura e o agronegócio no Município de São Miguel do Oeste" (Art. 46). Dos programas de incentivo regulamenta o funcionamento do serviço de horas máquinas, distribuição de sêmen, incentivo a emissão de notas fiscais.

Por meio do incentivo a emissão de notas fiscais, o município se responsabiliza pela destinação de recursos em diversas ações: a) Melhoria e implantação de pastagens perenes; b) Melhoramento genético; c) Produção de mudas de pastagens; d) Silvopastoril; e) Rural máquinas; f) Sementes de pastagem de inverno e cobertura de solo; g) Sementes de cultura; h) Silagem de milho; i) Distribuição de esterco líquido; j) Confeção de feno e pré-secado; k) Distribuição de fertilizantes orgânicos, inorgânicos e calcário; l) Pulverização de defensivos agrícolas. Além de atividades voltadas à proteção do meio ambiente e fontes de água e fomento à pequena agroindústria familiar rural.

Em São João do Oeste a Lei municipal Nº 1.572, de 14/05/2014 regulamenta a distribuição do bônus agrícola, que possui como regra ter movimentação agrícola no ano anterior, não possuir débito vencido com o setor de tributos, apresentar nota do comércio local de compra de insumos agrícolas durante o ano. Em geral todos os municípios contam com leis que amparam e regulamentam o funcionamento de programas e aplicação de recursos.

A agricultura é considerada a base econômica na maioria dos municípios da região, porém o planejamento de políticas públicas, muitas vezes, acaba sendo negligenciada pelos administradores, devido à falta de tempo, de equipe técnica, recursos financeiros e do entendimento da necessidade de mudança. Por questões políticas ou falta de conhecimento técnico, nota-se que, a maioria das políticas não são pensadas a médio e longo prazo. A criação, reformulação e extinção de políticas públicas torna-se um desafio para as secretarias.

Entre as ações de destaque no suporte às secretarias destaca-se o colegiado da agricultura, meio ambiente e defesa civil da Ameosc. Esse tem como principal objetivo difundir experiências bem sucedidas dos municípios de abrangência da AMEOSC, abordando programas que podem contribuir para o desenvolvimento agrícola e ser aplicados nos demais municípios, além de iniciativas que contribuem para a preservação do meio ambiente e ações da defesa civil. Esse papel de apoio às secretarias da agricultura é considerado de grande importância pelos representantes dos municípios entrevistados. Essa ação inclui reuniões periódicas com membros do colegiado (secretários e técnicos de agricultura) para discutir ações pontuais, sugerir melhorias que possam contribuir com o desenvolvimento de cada município, discutindo as políticas públicas etc. Como exemplo, entre as ações coletivas foi estabelecido o programa de recolhimento de carcaças, depois interrompida por questões sanitárias e ambientais pelo MAPA. Nesses espaços discutiu-se ainda a logística de transporte e distribuição de sêmen entre os municípios que realizam a compra em conjunto. Além do

debate sobre os programas, percebeu-se a troca de informações entre os participantes, sobre políticas, funcionamento e interesse em implantar igual ou semelhante em seu município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância social e econômica da agricultura e pecuária na região Extremo Oeste Catarinense é evidenciada nos números da VAB agropecuárias dos municípios, mesmo que com uma variação significativa entre os municípios. Na dimensão da ação pública, os atores locais mobilizam e direcionam políticas públicas concebidas em diferentes escalas. As nacionais e estaduais são adaptadas, cabendo à esfera municipal atuar sobre as lacunas com vistas a contemplar demandas específicas. As principais políticas públicas municipais de fomento à atividade leiteira referem-se a diferentes formas de subsidiar horas máquinas e estímulos à adoção de inseminação artificial. Ou seja, oferecem suporte público a melhorias na genética e na alimentação animal, dois importantes elementos da pirâmide de produção, tendo em vista que a principal atividade econômica é a produção animal.

O estudo sobre as políticas públicas, bem como a aplicação de recursos na agricultura, nos permite verificar as dimensões que o setor representa para a sociedade, as lacunas que ainda existem com destinação de recursos e priorização de políticas públicas e a importância de pesquisar informações que nos permitem compreender e fiscalizar a destinação de recursos e programas. Contudo, o estudo apresentou algumas limitações devido à carência de dados referentes às políticas públicas municipais, uma vez que o retorno das informações era limitado especialmente ao tempo disponível pelos secretários e técnicos.

6 REFERÊNCIAS

ANSCHAU, Cleusa; SCHAEGLER, Peterson; JULIANI, Lucélia. **A Agropecuária Do Oeste Catarinense, Sob Um Olhar Transdisciplinar**. Disponível em: <<https://uceff.edu.br>> Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

ARAGÃO, Liduina Gisele Timbó. **Ideias, Interesses e Instituições na formação de agendas de políticas públicas: o caso do programa de Economia Solidária**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8417/1/2011_LiduinaGiseleTimboAragao.pdf> Acesso em: 08 de jun. de 2019.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. **Modelos de análise das políticas públicas**. Rev. , Sociologia, Problemas e Práticas, 83 | 2017 [online]. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/2662>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

BYAINAIN, Antônio; DE SOUZA, Hildo. **Dicionário de políticas públicas: Políticas Agrícolas**. – 3 ed. –São Paulo: Editora UNESP, 2018.

CAPELLESSO, Adinor. **Crédito E Seguro Da Agricultura Familiar: Políticas Públicas De Apoio À Sustentabilidade Ou De Subsídio A Sistemas Produtivos De Baixa Eficiência**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/176010/346388.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 30 de março de 2019.

CAPELLESSO, Adinor; CAZELLA, Ademir. **Entre a Especialização Produtiva e a Agroecologia: Estratégias de Reprodução Social de Agricultores Familiares da Região Extremo Oeste Catarinense**. *Sustentabilidade em Debate* - Brasília, v. 6, n. 2, p. 33-50, mai/ago 2015.

CAPELLESSO, Adinor; CAZELLA, Ademir; SCHMITT, Abdon. **A Sustentabilidade Nas Políticas Públicas De Crédito Rural E Seguro Agrícola Para A Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28134/15921>> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

COMPRE RURAL. **Oeste catarinense é uma potência agropecuária.** Disponível em: <
<https://www.comprerural.com/oeste-catarinense-e-uma-potencia-agropecuaria/>> Acesso em:
10 de dezembro de 2020.

CORDEIRO, José L.; LEVI, Maria L. **Dicionário de políticas públicas: Orçamento Público.** – 3 ed. –São Paulo: Editora UNESP, 2019.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil.** Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007> > Acesso em: 18 de julho de 2020.

HALL, Peter A. TAYLOR, Rosemary C. R. As tres versoes do neoinstitucionalismo. Lua nova. N° 58, 2003. p. 193-224. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>

HALL, Peter A. **The role of interests, institutions and ideas in the comparative political economy of the industrialized nations.** In: LICHBACH, Mark I.; ZUCKERMAN, Alan S. Comparative politics: rationality, culture and structure. Cambridge University Press, 1997, p. 174-207.

IBGE - **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística.** Censo. Agropecuário 2017. Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KLERING, Luis; SCHROEDER, Christini. **Políticas E Estratégias Públicas Municipais: Novos Desafios E Perspectivas Para O Desenvolvimento Local.** Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/578>> Acesso em 13 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Lei Complementar N° 63, De 11 De Janeiro De 1990.** Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp63.htm> Acesso em: 18 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei Federal Nº 8.171, De 17 De Janeiro De 1991.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm > Acesso em: 13 de novembro de 2020.

MATTEI, Lauro. **Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf.** In: Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural, 44., 23-27 jul. 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SOBER/BNB, 2006. p. 1-20.s

MILKPOINT. **Santa Catarina: ‘nadando de brçada’ no leite.** , 24 de abr. de 2017. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/santa-catarina-nadando-de-bracada-no-leite-105021n.aspx>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

MULLER, Pierre ; SUREL, Yves. **A análise de políticas públicas.** Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

Portal da Transparência. Disponível em: <<https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-093/main.faces> > Acesso em: 15 de outubro de 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145407/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Políticas%20Publicas.pdf>> Acesso em: 05 de junho de 2020.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** – 2 ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SENAR. **Políticas Públicas para o Agronegócio.** 2015. Disponível em: <<http://senar-es.org.br/doc/uc/UC%2010%20-%20Poli%CC%81ticas%20Pu%CC%81blicas%20para%20o%20Agronego%CC%81cio.pdf>> Acesso em: 21 de maio de 2020.

TAPIA, Jorge; GOMES, Eduardo. **Idéias, interesses e mudanças institucionais.** *Tempo soc.* [online]. 2008, vol.20, n.1, pp.239-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a12v20n1>> Acesso em: 08 de jun. de 2019.

TAVARES, Márcio Miguel. **Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação do estado do Paraná.** Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade federal do Paraná.

Curitiba, 2006. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/teses_geografia2008/dissertacaomarciotavares.pdf> Acesso em: 17 de junho de 2020

TECCHIO, Andréia, et al. **Ideas, Intereses E Instituciones En La Política De Desarrollo Territorial Brasileña: Un Estudio En El Territorio Meio Oeste Contestado.** Disponível

em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50941149006>> Acesso em: 11 de abril de 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: 23 de outubro de 2020.

QUESTIONÁRIO

Perfil dos secretários

1. Qual o principal objetivo enquanto secretário?
2. Qual sua experiência no campo político e na agricultura?
3. Qual a trajetória de sua vida que lhe levou a assumir a função de secretário da agricultura? (para secretários) o que justificou sua indicação (trajetória, oq acha q contribui para atuar como secretário)
4. Qual tua formação na área agropecuária? Tem alguma especificação na área agropecuária
5. Tempo de atuação no cargo? Já ocupou este cargo em outros períodos?
6. O que manteve e o que sua atuação tem de diferente em relação aos secretários anteriores?
7. Foi criada ou alterada alguma política, em que se baseou?
8. O que são problemas da agricultura? Quais o poder público municipal deve ajudar a resolver?
9. Quais são os interesses que os agricultores apresentam para demandar solução?

Em relação às políticas públicas do município, dentro de cada pergunta responder para todas as políticas em andamento:

10. Quais as políticas públicas para a agricultura no município?
 Silagem
 Horas máquinas
 Sementes
 Exames sanidade animal
 Sêmen
 Outras
11. Qual o seu principal objetivo? (o que originou: se ja existia ou foi criada por ele; se criada ou adequada por ele, como foi feito isso?)

12. Como os agricultores são beneficiados pela política?
13. Qual o valor de investimento (global e por agricultor)?
14. De que forma o agricultor é contemplado? De acordo com produção, renda, área, etc ? Todos necessitam?
15. Como é realizado o controle da divisão de recursos destinados a política pública? Número de agricultores beneficiados, quantas vezes ao ano?
16. Existe acompanhamento técnico dos programas desenvolvidos?
17. Há políticas públicas/programas de ATER pela secretaria? Se sim, qual estrutura disponível e como funciona.
18. Vocês acha que essa política deve continuar no médio prazo ou deve ser contínua?
19. Percebes alguma falha nessa política? Poderia ser melhorada? de que forma?
20. Qual a principal atividade desenvolvida com as horas máquinas? (específica)
21. Qual sua opinião sobre as políticas públicas existentes no município? Atendem as perspectivas?
22. Como ocorre o processo de criação ou melhorias das políticas públicas?
23. Quais foram às mudanças que ocorreram nos últimos anos nas políticas?
24. Como fazem para ouvir as reivindicações dos agricultores? E como buscam solucioná-las.
25. Quais as políticas públicas são mais importantes para o agricultor? E por que?
26. As políticas públicas contribuem para a melhoria da qualidade de vidas das famílias rurais? Porque.
27. Há muita troca na função da secretaria? Além das que ocorrem quando troca o mandato?
28. Quais são as principais dificuldades no seu trabalho?
29. O que mais exige seu tempo?
30. Você consegue ter planejamento na tua função?
31. Existe carência de pessoal na sua secretaria? Para que?
32. Você vê alguma forma de usar melhor o dinheiro da secretaria para auxiliar os agricultores?

33. Quais são as principais atividades econômicas do município? Quantas comunidades tem? Quantos blocos? Como tem tentado fomentar a movimentação econômicas (tirar nota?)
34. O senhor vê alguma outra atividade como alternativa econômica para os agricultores?
35. Alguma consideração/depoimento sobre as políticas públicas desenvolvidas no seu município que julga importante.